

INSTITUTO	
	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	O Estado do Paraná
Data	09/11/2000
Pg	6
Class.	614

Documentação

## Documento pede índio longe de Superagui

Campo Grande (AE) - Ambientalistas de todo o País que participam do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Campo Grande, estão subscrevendo um abaixo assinado com mais de 700 assinaturas pedindo ao governo federal a remoção imediata dos índios que invadiram parte das reservas naturais dos parques nacionais de Monte Pascoal, na Bahia, Araguaia, em Tocantins e Superagui, no Paraná.

O documento será encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, aos presidentes do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Os ambientalistas terão pela frente representantes de instituições governamentais protetoras dos índios. "Estamos atirando no pé quando permitimos que invadam as nossas unidades de conservação", afirmou o promotor da capital paulista, Antônio Herman Benjamin.

### Parque Iguaçu

Segundo ele, desde a década de 30 a legislação ambiental brasileira começou a deixar o "anthropocentrismo" de lado, priorizando a natureza como bem maior da humanidade. Benjamin

garantiu existir preparação dos índios para invadir os parques nacionais de Monte Roraima, Pico da Neblina, bem como as reservas biológicas de Guaporé e Abofari.

No Paraná, o maior problema é no Parque Nacional do Iguaçu, onde quase 500 pessoas invadiram a Estrada do Colono, que corta o local ligando os municípios de Medianeira e Santa Helena. A juíza do Tribunal Regional Federal, da 4.ª Região, em Porto Alegre, Maria de Fátima Labarrere, afirmou que a Justiça federal poderá definir ainda este mês um pedido de intervenção federal no Estado do Paraná para que o governador cumpra o despejo dos invasores já decidido pelo Poder Judiciário, determinando o fechamento da estrada e a expulsão dos invasores.

"A intervenção federal será a única alternativa para acabar com o problema", afirmou a juíza. Ela explicou que a Polícia Militar do Paraná, Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Capitania dos Portos alegam impossibilidade de atuar contra o problema. A magistrada afirmou que as Forças Armadas serão convocadas para cumprir a decisão judicial.